

IMPACTOS DO RACISMO ESTRUTURAL PARA A SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: O QUE CABE À PSICOLOGIA?

**Ádila Batista de Almeida¹
Sergio Dias Guimarães Junior²**

RESUMO

Objetiva-se investigar as articulações entre racismo estrutural e saúde mental da população negra no Brasil, na intenção de colaborar com discussões críticas acerca do binômio racismo-subjetividade e suas interfaces com o campo da psicologia brasileira. A partir de uma revisão narrativa da literatura, defende-se o argumento de que a lógica estruturalmente racista das relações sociais produz efeitos subjetivos deletérios que podem ser analisados a partir de categorias como: aspectos sócio-históricos das heranças coloniais/escravistas do Brasil; o conceito de racismo estrutural e suas potencialidades críticas; efeitos interseccionais do racismo para a saúde mental da população negra; impactos da pandemia da COVID-19 nos processos de intensificação de assimetrias raciais; e desafios e urgências de cunho étnico-racial para o campo teórico-prático da psicologia enquanto ciência e profissão. Deste modo, propõe-se que tais reflexões estejam vinculadas aos objetivos coletivos de lutas interseccionais por direitos e ao compromisso social de uma psicologia crítica, ético-politicamente referenciada e, por isso mesmo, antirracista.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Saúde Mental. Psicologia. Subjetividade.

INTRODUÇÃO

“Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo”: esta afirmação da autora Neusa Santos Souza, presente em sua obra

¹ Psicóloga, graduada em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá (2021). E-mail: adilaalmeida5@gmail.com; Endereço: R. Bingen, 50 - Bingen, Petrópolis - RJ, 25660-004

² Psicólogo, mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estácio de Sá. E-mail: sergiodiasguima@gmail.com; Endereço: R. Bingen, 50 - Bingen, Petrópolis - RJ, 25660-004.

“Tornar-se negro”, pode ser tomada como ponto de partida para reflexões sobre o caráter estrutural e particular do racismo brasileiro assim como seus desdobramentos a nível institucional, cultural, identitário e subjetivo na atualidade neoliberal, de cunho necropolítico (MBEMBE, 2018). A lógica racista, pautada na hegemonia colonialista do discurso da branquitude e alicerçada em referenciais brancos eurocêntricos, impõe lugares sociais marcados, excluem narrativas outras e, assim, negam a humanidade de pessoas negras (SOUZA, 2021).

Neste panorama, é possível observar impactos do racismo para a saúde mental da população negra no Brasil, particularmente com o advento da pandemia pela Covid-19 (GÓES, RAMOS e FERREIRA, 2020). Em paralelo, os efeitos desta lógica também podem ser observados em outras dimensões do campo social: para Almeida (2018), na relação com o capitalismo, o caráter estrutural do racismo naturaliza a inserção de negros/as no mercado de trabalho, com salários menores e condições precárias. Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) apontam os maiores índices de desemprego e informalidade da população negra. Druck (2013) denuncia a presença de pessoas negras em atividades com maiores prejuízos à saúde e exposição a riscos de acidentes de trabalho. Antunes (2020) revela a predominância desta população nos novos tipos de exploração e flexibilização na “uberização” do trabalho, vide entregador/as e motoristas de aplicativos. Para Bento (2022), a noção de *racismo institucional* permite compreender como a branquitude reproduz injustiças e desigualdades raciais nas organizações públicas e privadas (processos de seleção de pessoal, avaliação, treinamento e reconhecimento) por meio de pactos narcísicos entre pessoas brancas que, no limite, contribuem para a manutenção de privilégios e assimetrias raciais. Em paralelo, Santos, Diogo e Shucman (2014) evidenciam a divisão racial e sexual do trabalho que criam “não lugares” destinados às mulheres, negros e, particularmente, às mulheres negras. Pessoas de cor preta ou parda são a maior parte da força de trabalho brasileira, constituem a maioria desocupada, subutilizada e associada à informalidade no mercado de trabalho (IBGE, 2019).

Deste modo, o presente artigo³ tem como proposta investigar as articulações entre racismo estrutural e saúde mental da população negra no Brasil, na intenção de colaborar com discussões críticas acerca do binômio racismo-subjetividade e suas interfaces com o campo da psicologia brasileira.

METODOLOGIA

Trata-se de revisão narrativa de literatura que, em sua particularidade, possibilita “descrever e discutir o desenvolvimento ou o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou conceitual” (ROTHER, 2007, p. 5). Tal proposta de revisão integra diferentes estudos sobre uma mesma temática, evidenciando seus pontos críticos e elementos de maior relevância investigativa - o que favorece reflexões sobre temas de pesquisas variadas, como é o caso da articulação entre racismo e subjetividade.

Segundo Pautasso (2020), este método permite o acesso a um panorama da produção de conhecimento sobre determinado tema e, simultaneamente, a observação de lacunas epistemológicas que podem ser tomadas como ponto de partida para futuras pesquisas. Neste sentido, o processo de busca e coleta de material foi realizado de forma não sistematizada - sem a preocupação de esgotar as fontes de informações científicas sobre o assunto - durante os meses de março e novembro de 2021. As bases de dados utilizadas foram Portal de Periódicos CAPES/MEC, Portal Regional da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Scientific Electronic Library Online (SciELO) com os seguintes descritores de busca em combinação: “racismo”, “subjetividade”, “saúde mental” e “psicologia”. No processo de busca, os quatro descritores foram combinados todos juntos e utilizados da mesma maneira, independentemente da base de dados. As respectivas bases foram escolhidas por concentrarem a maior parte das publicações em Saúde Pública no

³ Os conteúdos reunidos e apresentados no presente artigo representam um desdobramento do Trabalho de Conclusão de Concurso elaborado pela primeira autora do texto, sob a orientação acadêmica do segundo autor. Trata-se do trabalho intitulado “Impactos do racismo estrutural na saúde mental da população negra no Brasil”, aprovado para obtenção do título de psicóloga no curso de graduação em psicologia da Universidade Estácio de Sá (campus Petrópolis).

Brasil e, conseqüentemente, do campo dos estudos que relacionam as categorias aspectos étnico-raciais, subjetividade e saúde mental.

O corpo teórico selecionado foi derivado de levantamento bibliográfico qualitativo contendo artigos completos publicados em periódicos disponíveis em formato virtual e dados e informações oriundos de bases e entidades nacionais e internacionais de pesquisa. Os materiais selecionados foram analisados e discutidos criticamente de forma conjunta pela(o) autora(o)s do presente artigo. O processo de análise dos dados foi realizado qualitativamente de modo que, a partir do material selecionado, foram construídas categorias analíticas, relacionadas entre si, que serviram de auxílio para o processo de análise e reflexão sobre a bibliografia levantada. Vale ressaltar que todas as determinações referentes aos direitos autorais e à ética em pesquisa foram devidamente respeitadas.

A partir deste levantamento, foram definidas determinadas categorias analíticas. A análise do material selecionado expôs três aspectos centrais por meio dos quais é possível observar os efeitos subjetivos deletérios produzidos pela lógica estruturalmente racista das relações sociais, a saber: 1) aspectos sócio-históricos das heranças coloniais/escravistas do Brasil; 2) o conceito de racismo estrutural e suas potencialidades críticas; 3) efeitos interseccionais do racismo para a saúde mental da população negra; e 4) desafios e urgências de cunho étnico-racial para o campo teórico-prático da psicologia brasileira. A seguir, serão analisadas e discutidas criticamente cada uma das categorias de análise descritas por meio de referenciais teóricos da psicologia social em diálogo com teorias anti racistas oriundas de diferentes campos do saber. Ao longo do texto também serão apresentados trechos e relatos pessoais da primeira autora que, na condição de mulher negra e psicóloga, foram mobilizados no decorrer do processo de pesquisa e elaboração do artigo. Por fim, cabe salientar que seus conteúdos e apontamentos tiveram como eixo norteador o objetivo central definido para o presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1.1. Aspectos sócio-históricos das heranças coloniais e escravistas do Brasil

Para a compreensão crítica dos efeitos do racismo na atualidade, faz-se necessária uma breve caracterização do Brasil pós escravatura. No recorte temporal do final do século XIX e início do século XX é possível observar a complexidade das interpretações das composições étnicas no país. Santos e Silva (2018) apontam que no século XIX a escravidão foi vista como algo que poderia trazer empecilhos ao desenvolvimento econômico e social do país, além de representar um problema para a então crescente imigração europeia. Com o fim formal da escravidão, pessoas negras e seus descendentes foram classificadas então como raças inferiores e, a partir deste processo, a questão racial passou a ganhar outros contornos. Neste mesmo período, havia também a crença de que com a chegada dos imigrantes europeus a população brasileira iria “embranquecer” cada vez mais ao longo dos anos, caminhando para um maior nível de “desenvolvimento” e “modernização” civilizatória (SANTOS & SILVA, 2018).

Neste cenário, cor, raça e preconceito são concepções relevantes a serem consideradas para o enfrentamento de questões raciais no país e podem ser tomadas como desdobramentos para a construção de uma nova maneira de pensar a formação cultural nacional e de sua nacionalidade, uma vez que o Brasil é “o país que tem a maior população negra fora do continente africano” (SANTOS & SILVA, 2018, p. 254). Porém, observa-se que ainda não predomina no campo social uma visibilidade positiva da cultura afro-brasileira. A raiz da desigualdade racial e econômica aparecem no Brasil pós-abolição de forma evidente, materializada em um contexto no qual pessoas negras foram direcionadas para trabalhos pesados e desvalorizados - ainda havia trabalho escravo - porém dessa vez com certa remuneração. Entretanto, eram remunerações baixas que esses sujeitos, nas condições em que se encontravam, não tinham como recusar, pois, o sustento de suas famílias advinha desses trabalhos, enquanto os brancos “bem-nascidos” atuavam principalmente no setor privado e nas funções públicas burocráticas. Isso se torna um problema quando a condição financeira e o lugar social que o/a negro/a ocupa na escala social o/a colocam em condições precárias e de inferior relevância (SCHWARCZ, 1993).

Ainda de acordo com Schwarcz, acreditava-se que a miscigenação do povo brasileiro iria gerar uma nação mais “civilizada”, e que com o embranquecimento da população haveria então a possibilidade de constituição de uma sociedade mais desenvolvida e moderna - o que contrastava com o volume e marcante presença da população negra no país. Segundo Skidmore (2012), “a miscigenação não produziria inevitavelmente ‘degenerados’, mas uma população mestiça sadia capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente” (p. 81). Neste panorama, pode-se considerar que a discussão sobre raça no âmbito das ciências sociais no Brasil começa a se intensificar por volta de 1930. No século XX a ideia de embranquecimento estava muito explícita, principalmente na tentativa de controlar a entrada de asiático/as e africano/as no país que supostamente era caracterizado como “mestiço”.

A partir da tese e dos esforços em torno da ideia de embranquecimento, foram engendrados processos sociais de marginalização do povo negro na medida em que, por exemplo, a ele eram destinadas atividades de trabalho braçal e aos brancos os papéis de poder de serem os empregadores de tal mão de obra e proprietários dos meios de produção. De acordo com Schwarcz (1993), partindo dessa ideologia, a estruturação da lógica racista ganha força e paulatinamente se consolida no campo das relações sociais - enquanto “o branco” estava e está sempre em uma posição de superioridade, “o negro” torna-se inferiorizado, destinado a lugares sociais marcados pela inferioridade e em posições marginalizadas pela sociedade.

1.1. O conceito de racismo estrutural e suas potencialidades críticas

De acordo com Guimarães (2004), o racismo se consolidou de forma mais intensa no contexto brasileiro através de versões do embranquecimento advindas de instituições como a Escola de Medicina da Bahia e da Escola de Direito do Recife, enquanto no Sul do país pregavam-se campanhas de sanitização e higienização pública, que forçaram a diminuição de determinadas teorias europeias. E se a lógica racista se fazia presente de forma intensa na região norte, foi de lá que também foram mobilizadas forças para a superação da doutrinação, com Gilberto Freyre (1930), substituindo a noção biológica de raça pela de cultura, promovendo uma

revolução ideológica brasileira. Enquanto as reconhecidas escolas de Medicina e Direito operacionalizam um meio de neutralizar as teorias raciais do embranquecimento, Freyre se propôs a desnaturalizar isso e dar uma visão racial mais amplificada e socialmente embasada.

Apesar do racismo ser uma das principais injustiças da humanidade, estudar suas causas e caracterizá-las ainda é um obstáculo para o/as teórico/as do movimento, pois a carga política e histórica que são embutidas a esse termo e as contextualizações do que se entende por raça são fatores que dificultam a análise e contextualização do termo “racismo”. Entretanto é possível notar que a lógica racista ainda opera no campo social de forma efetiva, porém não são todos que conseguem perceber e identificar esses atos. Guimarães (2004) aponta que em 1910, nos Estados Unidos, cientistas sociais negro/as se desprenderam da definição biológica de “raça” que tentava justificar a condição social e econômica da pessoa negra com a ideia de inferioridade inatista, entretanto tinham a ideia de que a discriminação racial era o principal obstáculo para o sujeito negro. Eles acreditavam que o que separava o “negro” do “branco” não era a diferença biológica, mas sim o preconceito e a discriminação que existiam de uma raça perante a outra.

No Brasil havia um preconceito de cor e não de raça, já que havia um grupo dominante que acreditava ser superior que os demais e que as outras raças eram inferiores a eles e não poderiam partilhar de seus bens - no caso os “brancos europeus” seriam superiores aos “negros”, indígenas e “mestiços” (SCHWARCZ, 1993). Na década de 50, com as monografias do projeto UNESCO e a regularização das universidades no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco começa-se então o processo de institucionalização de estudos de relações raciais no país (GUIMARÃES, 2004).

O preconceito de cor é um sintoma do processo escravocrata em conjunto com a revolução burguesa e a sociedade de classes, e por isso ainda é um retrato do passado/presente. Reconhecendo o preconceito racial percebe-se ainda que pessoas negras e seus descendentes são marginalizadas perante a sociedade, que encontra-se alicerçada em lógicas de exclusão e discriminação que interseccionam categorias como raça, gênero e classe social. Nos anos 50 e 60 estudava-se o

preconceito de cor e de raça, mas sem se tratar de racismo, pois tal tema era tomado como doutrina política. Já na década de 1970, é possível localizar discussões e definições mais específicas sobre este termo: "uma vez implantado o sistema escravista, o etnocentrismo, o preconceito de cor transformaram-se rapidamente, ainda que talvez não imediatamente, em racismo" (GENOVESE, 1971, p. 105 *apud* GUIMARÃES, ANTONIO – 2004 p.16).

Nesta perspectiva, o conceito de racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) será tomado como o principal marcador conceitual para as reflexões que neste artigo serão empreendidas. Seu caráter estrutural é evidenciado por Almeida (2018) que, em suas análises, defende a tese de que "o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional" (p. 50). Ainda segundo o autor, o racismo pode ser tomado sob diferentes dimensões e tipologias, a saber: individual, estrutural e institucional.

A respeito da primeira dimensão (racismo individual), trata-se de um tipo referente a grupos ou pessoas isoladas. Manifesta-se quando uma pessoa ou um grupo ataca outras pessoas por conta da cor de sua pele e respondem juridicamente por isso, sem o envolvimento direto de instituições ou do Estado. É como se não houvesse instituições ou Estados racistas, mas sim que um indivíduo ou um certo grupo minoritário de indivíduos fossem racistas, excluindo a responsabilidade dos mesmos sobre tais atos. Entretanto, esse comportamento está ligado diretamente à história, educação e condição econômica - aspectos historicamente forjados. Já o racismo institucional, por sua vez, se dá pelo poder de domínio de um grupo que estabelece parâmetros discriminatórios impondo o que é correto na cultura, na aparência, nas práticas de poder e na sociedade como um todo. Sobre este tipo, suas manifestações são perceptíveis a nível estético e cultural, por exemplo, nas crenças de que "cabelo bom" é o cabelo liso, "cultura boa" é a europeia, quem tem poder e ocupa posições de maior prestígio são pessoas brancas (em empresas, no âmbito político, nos três poderes), roupas sociáveis são as mais euro-referenciadas possíveis e com uma "boa aparência" etc. Esses são exemplos do racismo

institucional que já estão impregnados no seio da sociedade e ditam de forma inconsciente a dinâmica das relações sociais. Enquanto o racismo estrutural é uma lógica e uma prática diária, está em sua construção e no seu alicerce a produção e a reprodução cotidiana do racismo. É o que se faz presente em atos corriqueiros (piadas, “brincadeiras”) e também em empresas, organizações, instituições governamentais.

A desigualdade racial brasileira é um aspecto que afeta diretamente as condições sociais do sujeito negro na sociedade. A branquitude - e seu pacto de cumplicidade para manutenção história de privilégios e vantagens (BENTO, 2022) - busca justificar seus privilégios, utilizando de argumentos de que eles lutaram para estar no poder, que estudaram e batalharam para tal, entretanto não foram eles que por mais de 300 anos foram escravizados por uma minoria branca e que depois da abolição foram jogados às margens da sociedade como se não fossem nada e não tivessem valor humano algum. Desta forma, eles acabam negando sua condição histórica de privilégio e dificultando a luta pela garantia de direitos humanos da população negra que é a mais desfavorecida socialmente.

1.2. Efeitos interseccionais do racismo para a saúde mental da população negra

Em 2006 foi criado pelo Conselho Nacional de Saúde a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, sendo inserida na dinâmica do Sistema Único de Saúde (SUS) em 2009. É fato que o preconceito racial afeta de forma significativa a saúde mental das pessoas que sofrem este tipo de discriminação (PASSOS, 2020). As articulações entre psicologia e racismo demandam um olhar mais atencioso para esta temática, na intenção de considerar e intervir nas reais consequências subjetivas do racismo a nível individual e coletivo, ou seja, tanto a nível de transformação da sociedade racista quanto a nível da assistência dos sujeitos vítimas de seus efeitos nocivos. Neste panorama, diferentes tipos de atuação em psicologia se fazem relevantes na lida com processos subjetivos de sofrimento psíquico relacionado a questões étnico-raciais, rejeição do próprio corpo e atributos físicos,

questões identitárias, e níveis de dor intrapsíquica de uma população que é atravessada pelos efeitos da escravidão até os dias atuais.

Parte dos esforços teóricos da psicologia brasileira acerca dos efeitos subjetivos do racismo e da saúde mental de pessoas negras estão, em sua maioria, vinculados à psicologia social e aos processos e determinações históricas deste fenômeno. Sobre este ponto, Gouveia e Zanella (2018) apontam que há uma baixa produção científica brasileira indexada na área de saúde mental e racismo no período entre 1999 e 2014. As autoras apontam a necessidade de produções científicas que versem diretamente sobre a relação entre racismo e saúde mental ou subjetividade da população negra a partir das contribuições de teorias clínicas. Nota-se que a maioria dos estudos analisados parte das perspectivas sociais e não necessariamente clínicas (na consideração dos prejuízos psíquicos e subjetivos produzidos pela estrutura racista), embora seja importante considerar que tais instâncias não estão isoladas e nem podem ser analisadas separadamente. Em paralelo, Ignácio (2019) aponta o quanto a população negra encontra-se à margem da sociedade, com dificuldades de acesso a direitos sociais básicos, como saúde, trabalho e lazer.

Neste panorama, o papel de uma psicologia crítica - na intenção de superar suas heranças e tradições individualistas, universais, adaptacionistas, classificatórias e a serviço das elites brancas do país - é integrar a dimensão racial em suas práticas e assumir o fundamento ético da consideração de que o racismo estrutural produz sofrimento psíquico, individual e coletivo. No âmbito das práticas clínicas e/ou assistenciais, torna-se necessário escutar e acolher sujeitos com diferentes níveis de sofrimento psíquico e compreender que tais acometimentos são produtos e consequências de lógicas sociais mais amplificadas. Deve-se respeitar o lugar de fala e o papel da escuta para uma compreensão qualificada e um entendimento crítico de um sofrimento que não é apenas íntimo/individual, mas também coletivo e político-social.

A psicologia brasileira ainda é colonizada e para isso temos que descolonizar-la, “em se tratando da formação e do exercício da psicologia no Brasil, promover sua descolonização também parte por marcar que a psicologia brasileira é

branca” (VEIGA, 2019, p.2). Ou seja, nos embasamos em teorias criadas por sujeitos brancos para brancos e nossos serviços são de mais fácil acesso para a população branca, enquanto os setores sociais que mais carecem de intervenções psicológicas tendem a buscá-la por meio de equipamentos públicos como CAPS, CREAS e ambulatórios psiquiátricos. Descolonizar a psicologia é direcionar um olhar mais atento à população negra, é escutá-la mais, é levar em consideração e promover a compreensão de um corpo negro que durante muitos anos foi discriminado e marginalizado e que até hoje sofre a pressão de ser preto e que, no limite, também é morto por esse motivo - no seio da necropolítica cotidiana (MBEMBE, 2020) que viola, nega e elimina corpos negros por meio de abusos de poder, relações de dominação e negação de direitos sociais. Precisamos somar esforços para afirmar que a psicologia também é preta, pois, em vários casos, quando um/a paciente negro/a encontra um/a psicólogo/a negro/a sente-se nele representado/a.

A retirada dos povos africanos de suas terras originárias produziu efeitos devastadores em diferentes níveis, inclusive no que se refere à saúde mental. Trata-se de um povo violentado de diferentes formas, escravizados, estuprados e violentados física e psicologicamente, numa dinâmica cujos efeitos se manifestam de diferentes formas, inclusive em tentativas e atos suicidas por parte desta população (PASSOS, 2020). A retirada forçada de seus locais de origem produziu efeitos negativos diretamente ligados aos laços afetivos, traços linguísticos e identificação cultural - que mantinham a preservação tanto de suas culturas quanto de suas vinculações pessoais (como o canto, a dança e a espiritualidade africana). Assim, percebe-se que os sujeitos descendentes de africanos no Brasil, ainda sofrem as consequências de todo esse sofrimento produzido pelo processo escravista que ainda possui ramificações contemporâneas de morfologia variada (MARTINS, 2022; PASSOS, 2020; IGNÁCIO, 2019).

Segundo Veiga (2019), vivemos em um país *antinegro*, ou seja, um lugar que apesar de ter a maior parte da população negra, não considerada efetivamente esses sujeitos como parte fundamental da sua sociedade e está a todo momento tentando excluí-lo, negar direitos ou apagá-lo da sua concepção civilizatória e “moderna”. O sujeito branco é visto como um padrão idealizado, fazendo com que a população em

geral (inclusive negra) queira chegar cada vez “mais perto “ deste modelo, rejeitando assim sua variedade de traços e culturas - o que desdobra em processos de auto-crítica, vigilância e controle individual, sentimentos de culpa por não adequação ao padrão social-estético-cultural-sexual exposto, o que pode produzir diferentes níveis de sofrimento psíquico como, por exemplo, sintomas de ansiedade e depressão a níveis patológicos.

1.3. Desafios e urgências de cunho étnico-racial para o campo teórico-prático da psicologia brasileira

Diante da combinação de fatores sócio-históricos que afetam a subjetividade da população negra e das articulações estruturais entre racismo e saúde mental na historicidade do Brasil, uma indagação ético-política revela-se pertinente: o que cabe à psicologia diante deste panorama?

Enquanto psicólogo/as, devemos ter uma atuação atenta e sensível às dores e níveis de sofrimento psíquico e suas variadas determinações sociais (inclusive, e sobretudo, de cunho étnico-racial). Deve-se partir do fundamento de que “o sofrimento psíquico não é da ordem da intimidade, ele é político” (VEIGA, 2019, p.1). Neste sentido, é possível perceber o quanto o/a negro/a é invalidado/a e inferiorizado/a pela população brasileira desde suas origens colonizadoras, que o racismo existe enquanto lógica de regulação social e o quanto o sujeito preto é prejudicado com isso, particularmente a nível dos impactos para sua saúde mental. Se a sociedade brasileira, suas leis e sua constituição foram criadas em cima dos padrões brancos, a psicologia brasileira não poderia ser diferente - afirmação que pode ser validada pelo fato da maioria das universidades do país utilizarem autore/as branco/as e eurocêntricos como base de pesquisas, intervenções e atuações a nível individual (especialmente a clínica) e coletivo.

O processo de escravização do povo negro possui correlatos subjetivos e impactou de maneira incisiva a subjetividade das pessoas negras e seus /suas descendentes, pois apesar de não vivermos mais na escravidão formalizada ainda testemunhamos seus reflexos na vida das gerações atuais, particularmente com o advento da pandemia pela Covid-19 (GOES, RAMOS e FERREIRA, 2020). Naquela

época, para o povo negro conseguir manter sua “sanidade mental”, buscava-se meios de conexão com seu continente de origem através de elementos como músicas, danças e religiões. E apesar da população preta não ter vivido a humilhação que seus antecedentes viveram naquela época, ainda carregam a dor e o sofrimento vivido por ele/as de forma inconsciente. Como não se sentir inferior, quando não há representações da negritude e suas potências de vida nos filmes, novelas, telejornais, nos três poderes, na política, na psicologia?

O racismo é uma lógica estrutural e sistêmica que se capilariza e se reproduz de geração em geração e algumas pessoas acabam não tendo consciência de que têm atitudes, falas e/ou comportamentos racistas. O sujeito negro foi ensinado a odiar o seu corpo, seu nariz, seu cabelo, seu tom de pele, suas raízes, sua cultura e seu povo. Essas pessoas já ouviram coisas como: “o cabelo de vocês é ruim”, “temos que saber trabalhar com tudo para ter valor para o patrão”, “sua pele é da cor do pecado” e, assim, acabam reproduzindo tais falas e se identificando com seus conteúdos pois foram ensinadas a se odiarem, a odiarem a sua cor, seus cabelos e suas raízes (PASSOS, 2020).

Martins (2022) aponta que tais narrativas são transmitidas e reproduzidas por gerações de forma inconsciente, geram afetos específicos e produzem vínculos entre grupos sociais, seja pela forma de perpetuar o racismo ou pela maneira como as pessoas negras olham para si e para os demais sujeitos pretos - historicamente de maneira inferiorizada. As consequências desta repulsa são a auto-desvalorização - no sentido de não se sentir capaz de fazer algo ou ser algo -, visto que esses sujeitos subjetivam a crença de que não são capazes de alcançar objetivos pessoais, que não têm valor social ou que não merecem estar em determinados lugares pelo fato de serem negros, supondo não serem “suficientes” para receber, por exemplo, amor e não se permitirem viver e sentir esse e outros sentimentos de forma saudável. Este processo, em suas particularidades, produz afetos e desdobramentos subjetivos como: baixa autoestima (pois pressupõe a ideia de que não existe beleza negra, que as características físicas e fenotípicas não são “bonitas”, visto que lhes foi ensinado que beleza provém do padrão branco europeu); e ansiedade (já que há cobrança constante para ser sempre bom e melhor no que faz, mesmo em meio a

um contexto de extrema desigualdade de oportunidades e vantagens) (PASSOS, 2020). Assim, nota-se que a mestiçagem cruza fronteiras. Mas a diferença está no coração da formação da cultura, como elemento essencial” (FERNANDES, 2005 p. 139 apud BENEDITO e FERNANDES, 2020).

As sequelas que o racismo deixa são indescritíveis, o sofrimento psíquico é causado por toda essa pressão da cultura do embranquecimento. E ainda existe a comparação do racismo com outros tipos de preconceitos como gordofobia, intolerância religiosa, entre outros, porém, tais formas de discriminação podem estar atreladas a qualquer pessoa, enquanto o racismo é atrelado unicamente ao ser negro. Uma pessoa pode deixar ou não de ser gorda, pode ou não ficar magra, mas o ser negro é uma condição permanente. Nesta dinâmica, o sofrimento não é só físico, é também psicológico, pois pessoas negras sentem a rejeição na pele e não só por conta da pele, mas por todos os traços físicos e os tipos de cabelo (cacheado, raspado, tranças, *dread* etc.), e afeta o sujeito em sua totalidade existencial.

Há uma ideia hierárquica racial que sustenta a lógica de que a branquitude, ou tudo que provém dela, é superior aos demais modos de existência - seja na dimensão intelectual, estética, cultural e/ou relacional (MBEMBE, 2018). Tais rejeições, quando combinadas, geram no sujeito negro sentimentos de inferioridade, ao passo que a sociedade os coloca em lugares de sujeição, nos menores cargos, nas posições menos valorizadas e mais arriscadas, em minoria nas instituições e organizações etc. Esta lógica encontra-se permeada na fala, no gesto e na ação do outro. O que gera insegurança e a incerteza de saber se é ou não capaz de fazer algo.

Nesse misto de consequências, por vezes também é difícil aceitar o próprio corpo e quando falamos corpo estamos nos referindo aos traços negróides (pele, cabelo, nariz, ombros largos etc.), ou seja, o sofrimento ele é real, pois existe culpa em ser quem se é. Por conta de uma cultura de embranquecimento, há uma busca por um ideal que não é dele, mas que foi cultural e historicamente imposto à comunidade negra. Outro ponto de destaque nesta dinâmica refere-se à interseccionalidade entre raça e gênero e, particularmente, aspectos relacionados à solidão da mulher negra.

As mulheres, de maneira geral e na sociedade de base patriarcal, sofrem e são desvalorizadas pelo fato de serem mulheres, entretanto as mulheres negras sofrem pela combinação de fatores relacionados ao gênero e à raça e acabam sendo ainda mais desmerecidas que as demais, ocupando uma espécie de não lugar social (SANTOS, DIOGO e SHUCMAN, 2014). As mulheres negras são vistas de maneira sexualizada pela sociedade enquanto as mulheres brancas são as que, no ponto de vista social, “são as escolhidas para casar”. Não que os homens negros não sofram, porém eles não sofrem tão intensamente os efeitos do machismo. A hegemonia da lógica do eurocentrismo impõe que o padrão de vida é branco e, assim, homens brancos se relacionam com mulheres brancas e homens negros escolhem se relacionar com mulheres brancas enquanto a mulher negra é, desta forma, desprezada. Para um homem - seja ele branco ou negro - assumir uma mulher negra, ele tem que entender o processo de desconstrução racial da mesma e que quando ela assume suas raízes e identidade racial, a sua negritude, ela irá usar o cabelo natural (cacheado ou crespo), tranças, laces etc.. É, de certo modo, estar com várias pessoas numa mesma mulher.

Diante de tais reflexões, nota-se que a luta antirracista não é uma luta só de pessoas negras, mas uma luta para aquele/as que têm consciência do preconceito e desmerecimento que estruturalmente estão presentes no campo social. Ao “branco”, cabe entender que sua branquitude o coloca em lugares privilegiados e que isso representa algo não só para ele mas também para toda a população, ou seja, envolve tanto quem comete o preconceito quanto quem dele sofre. Falar sobre a cultura do embranquecimento é importante para entender seus impactos na população negra, no quanto pessoas negras sofreram e sofrem desde a época da escravidão e para compreender que o racismo é algo estrutural que nos acompanha de geração em geração. É preciso falar sobre isso para poder construir e desconstruir pensamentos estabelecidos, gestos, crenças consolidadas, ações etc. Neste sentido, tal luta é de toda a população brasileira que carrega consigo, até os dias atuais, as raízes e características basais do colonialismo. Precisamos, enquanto psicólogo/as e cidadãos/ãs, nos conscientizar e ter conhecimento das diversas perspectivas da história do nosso país e da população afrodescendente, da mistura

desigual de culturas e raças que o país possui para que possamos construir um pensamento crítico sobre o que é branquitude e seus impactos, assim como nas formas de engajamento na luta antirracista e suas potências a nível individual e coletivo.

Dentro do campo da psicologia, as contribuições da psicologia social sobre as relações entre racismo e subjetividade têm se tornado referência nacional e internacional, porém este tema não deve ser restrito às abordagens sociais mas sim, em paralelo, também devem ser melhor e mais profundamente investigados por outras áreas, como a clínica. Ser negro é uma condição individual e social, cada sujeito lida com a questão racial na sua singularidade, mesmo o racismo sendo uma lógica estrutural e sistêmica. O racismo é uma questão ainda a ser muito debatida, particularmente no Brasil, e no seio das práticas psicológicas já existem alguns documentos importantes que foram elaborados para embasar ações críticas da psicologia no que se refere às questões raciais: aqui merecem destaque o Código de Ética do profissional de psicologia e, de forma mais específica, as Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os em Relações Raciais, elaborado pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e publicado pelo Conselho Federal de Psicologia, em 2017.

Deste modo, devemos promover a igualdade do sujeito negro, devemos promover as condições para a compreensão crítica da constituição de sua subjetividade, sua história, o reconhecimento do seu corpo (físico e psíquico). É preciso promover saúde e aquecer o debate sobre o racismo e suas consequências no cotidiano social. Racismo é preconceito, é crime, é violência e a psicologia, enquanto ciência e profissão no Brasil, possui o compromisso social de se afirmar antirracista (SANTOS, SCHUCMAN, MARTINS, 2012). Sobre este ponto, o/a profissional que se opõe a debater sobre o tema ou que se omite a respeito dele, está indo contra os princípios éticos da profissão e contribuindo, mesmo que de forma não voluntária, para a perpetuação da lógica racista e seus efeitos nocivos (MARTINS, 2022). Parafraseando uma professora de psicologia social: “não existe neutralidade na psicologia. Ou você é contra ou é a favor”.

Se no interior do campo da psicologia - seja no âmbito da formação universitária ou no nível das práticas profissionais - não falarmos sobre racismo, não criarmos meios de acolher as vítimas do preconceito e não debatermos sobre a força da branquitude e seus múltiplos malefícios para a população negra, estamos indo contra os fundamentos éticos da profissão e os conteúdos do nosso próprio juramento profissional (SANTOS, SCHUCMAN, MARTINS, 2012; MARTINS, 2022). A psicologia possui influência direta nas teorias raciais do desenvolvimento mental da população negra brasileira. Devemos fazer uso e tomar o fazer da psicologia como instrumento para a defesa da dignidade, da singularidade e de combate às formas de discriminação que produzem sofrimento psíquico, sejam elas de cunho racial, sexual, regional etc. Nesta intenção, busca-se reconstruir uma identidade fragmentada, fortalecer aspectos da saúde mental do povo negro que foi impactada desde seus antecedentes, desde a invasão colonialista do país, e reinventar uma psicologia que esteja direcionada efetivamente para a proteção, prevenção e promoção da saúde mental de uma população tão grande em volume, mas que encontra-se muitas vezes silenciada. É fazer valer a potência da subjetividade de cada ser humano a nível individual coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente artigo foi investigar as articulações entre racismo estrutural e saúde mental da população negra no Brasil, na intenção de colaborar com discussões críticas acerca do binômio racismo-subjetividade e suas interfaces com o campo da psicologia brasileira. Defende-se o argumento de que a lógica estruturalmente racista das relações sociais produz efeitos subjetivos deletérios para as pessoas negras e a análise crítica e fundamentada deste fenômeno demanda a consideração de algumas categorias como: aspectos sócio-históricos das heranças coloniais/escravistas do Brasil; o conceito de racismo estrutural e suas potencialidades críticas; efeitos interseccionais do racismo para a saúde mental da população negra; impactos da pandemia nos processos de intensificação de assimetrias raciais; e desafios e urgências de cunho étnico-racial para o campo teórico-prático da psicologia.

Propõe-se, portanto, que este material contribua para os debates sobre os efeitos do racismo na esfera subjetiva, seus impactos para o psiquismo da população negra e também acerca das formas coletivas de resistência antirracista que estão sendo mobilizadas por diferentes setores sociais na atualidade. Em paralelo, estima-se que novos estudos, documentos e referenciais sobre o tema sejam elaborados por setores da psicologia brasileira na intenção de avançar nos debates que extrapolam os objetivos do presente artigo, na intenção de embasar de forma qualificada diferentes tipos de atuação profissional, seja a nível individual ou coletivo, seja a nível de instituições privadas ou políticas públicas. Deste modo, propõe-se que as reflexões aqui desenvolvidas estejam vinculadas aos objetivos coletivos de lutas interseccionais por direitos e ao compromisso social de uma psicologia crítica, ético-politicamente referenciada e, por isso mesmo, antirracista.

STRUCTURAL RACISM AND MENTAL HEALTH OF THE BLACK POPULATION IN BRAZIL: WHAT IS UP TO PSYCHOLOGY?

ABSTRACT

The objective is to investigate the articulations between structural racism and the mental health of the black population in Brazil, with the intention of collaborating with critical discussions about the racism-subjectivity binomial and its interfaces with the field of Brazilian psychology. Based on a narrative review of the literature, the argument is defended that the structurally racist logic of social relations produces deleterious subjective effects that can be analyzed from categories such as: socio-historical aspects of Brazil's colonial/slavery heritages; the concept of structural racism and its critical potentialities; intersectional effects of racism on the mental health of the black population; impacts of the pandemic on the processes of intensification of racial asymmetries; and challenges and urgencies of an ethnic-racial nature for the theoretical-practical field of psychology. In this way, it is proposed that such reflections are linked to the collective goals of anti-racist struggles and to the social commitment of a critical and ethically-politically referenced psychology.

KEYWORDS: Racism. Mental Health. Psychology. Subjectivity.

REFERÊNCIAS

ANTUNES Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado (Pandemia Capital)** - 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO. Agosto 2005. Disponível em: < <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf> >. Acesso em: 10 novembro. 2021

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **RELAÇÕES RACIAIS: referências técnicas para a prática da(o) psicóloga(o)** - CFP. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em: < <https://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes-raciais-referenciastecnicas-para-pratica-dao-psicologao/> > Acesso em: 01 novembro. 2021.

DAMASCENO, Marizete Gouveira, ZANELLO, Valeska, M. Loyola. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicol., Ciênc. Prof.** (Impr.) v. 3, n. 3 • Jul-Sep 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>

DRUCK, Graça. A Precarização Social do Trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: Antunes, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 55-73, 2013.

FRANCO, Tania, DRUCK, Graça. & SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 35, n.122, 229-248, 2010.

GOES, Emanuelle F., RAMOS, Dandara O., & FERREIRA, Andrea J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020.

GOUVEIA, Marizete, ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicol. Estud.** v. 24 • 2019 <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v24i0.42738>

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Rev. Antropol.** v.47, n. • 2004 • <https://doi.org/10.1590/S0034-77012004000100001>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. Recuperado de: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo. Pdf

IGNÁCIO, Marcos Vinicius, MATTOS, Ruben Araujo de. O Grupo de Trabalho Racismo e Saúde Mental do Ministério da Saúde: a saúde mental da população negra como questão. **Saúde debate**, v.43 (spe8) • Dez 2019 • <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S805>

MARTINS, Hildeberto Vieira. Raça, colonialismo e o discurso decolonial: resistências e ressonâncias negras na Psicologia. In: Conselho Federal de Psicologia (Brasil) . **Psicologia brasileira na luta antirracista : volume 1** / Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do CFP — Brasília : CFP , 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PASSOS, RACHEL GOUVEIA. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **REVISTA EM PAUTA**, v. 18, p. 116-129, 2020.

PAUTASSO, M. *The structure and conduct of a narrative literature review*. In R. S. Tubbs, S. M. Buerger, M. M. Shoja, A. Arynchyna, & M. Karl (Eds.), **A guide to the scientific career: virtues, communication, research, and academic writing** (pp.299-310). Hoboken: Wiley Blackwell, 2020.

ROTHER, Edna Terezinha. *Systematic Literature Review x Narrative Review*. **Acta Paul Enferm.** v. 20, n.2, 2007.

SANTOS, Raquel Amorim, SILVA, Rosângela Maria de Nazaré. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educ. rev.** v. 34, n.68 • Mar-Apr 2018 • <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53577>

SANTOS, Alessandro de Oliveira, SCHUCMAN, Lia Vainer, MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicol. cienc. prof.** v. 32 (spe) • 2012 • <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012>

SCHWARCZ, Lilia. K. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras , 1993.

SCHUCMAN, Lia Vainer, MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. **Psicol. cienc. prof. v. 37 (spe) • 2017 • <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017>**

SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro** . Rio de Janeiro: Paz e Terra , 2012.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. Artigos - Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas • **Fractal, Rev. Psicol. 31 (spe) • Dez 2019 • https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000**